

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:

1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Edital de Tomada de Preço nº 003/2013 2

Resoluções de Afastamentos nº 223 e 224/2013 2

Atos Legislativos

Ata da 2203ª Sessão Ordinária - Sucinta 2

Replicação - Ata da 2192ª Sessão Ordinária - Íntegra 3

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

NIURA CARDOSO DE SOUZA
Diretora Administrativa

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
Diagramação

ATOS ADMINISTRATIVOS**DA PRESIDÊNCIA: TOMADA DE PREÇO**
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2013
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 026/ALE/2013**NATUREZA:** Tomada de Preço nº 003/2013**OBJETO:** Despesa com aquisição de material permanente.. Para atender a TV ALE-RR.**TIPO:** Menor Preço Global.**RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS.****DATA:** Em 28 de maio de 2013.**LOCAL:** Sala de reuniões da CPL/ALE/RR, Praça Centro Cívico, 202 - Centro - Boa Vista-RR Fone: (95) 4009.5643 - Boa Vista-RR.**HORA:** 10 horas.**Obs.** O Edital e outras informações estão à disposição dos interessados em horário das 08:00h as 13:00h, neste Poder Legislativo.

Boa Vista-RR, 10 de maio de 2013

Verona Sampaio

Presidente/CPL**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS****R E S O L U Ç Ã O Nº 223/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **REJANILDE ALVES DA SILVA, Matrícula 014003**, para viajar com destino a cidade de Macapá - AP, no período de 13.05 a 21.05.2013, com a finalidade de participar de treinamento no setor de formalização de processos Administrativos e Legislativos da Assembleia

Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 10 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****R E S O L U Ç Ã O Nº 224/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **HELDER FIGUEIREDO PERIRA, Consultor Geral**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 21.05 a 24.05.2013, com a finalidade de diligenciar junto ao Supremo Tribunal Federal sobre processos de interesse desta Casa Legislativa.

Palácio Antônio Martins, 10 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****ATAS PLENÁRIO - SUCINTA**
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA TERCEIRA
SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUINTO
PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia oito de maio de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima terceira Sessão Ordinária do quadragésimo quinto Período Legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas, declarou aberta a Sessão, convidando os Senhores Deputados Chicão da Silveira e Remídio Monai para atuarem como Primeiro e Segundo Secretário, respectivamente. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Requerimento nº 02/13, de 07/05/13, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 023/12, requerendo prorrogação de prazo por igual período. Ofício nº 001/2013, de 07/05/2013, do Deputado Naldo da Loteria, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 07 e 09/05/2013. **EXTERNOS:** Ofício nº 0501/2013, de 03/05/2013, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, solicitando que seja retificada a data informada no Ofício nº0425/2013/GAB/IFRR, de 16/04/2013, passando a ser considerada a data de 26 de junho. Ofício nº 892/2013, de 26/04/2013, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, comunicando celebração do convênio nº 078/2012-SPM/PR. Ofício nº449/2013, de 06/05/2013, da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de Recursos Financeiros. Ofício nº 441/2013, de 03/05/2013, da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de Recursos Financeiros. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado Ivo Som iniciou manifestando-se insatisfeito com o comportamento de alguns Parlamentares em relação a sua pessoa, ressaltando ter sido eleito pelo povo para representá-lo e que, portanto, merece ser respeitado. Continuando, dirigiu-se ao Deputado Gabriel Picanço solicitando mais respeito com seus pares. Em seguida, convidou-o para andar pelo Estado e constatar in loco o que o Governo Anchieta Júnior tem feito, citando como exemplos pavimentação de BRs, Vicinais e eletrificação. Dando continuidade, agradeceu ao Presidente Chico Guerra o voto de confiança pelo convite para representar esta Casa na Venezuela e no Amazonas, para tratar dos assuntos referentes ao tratamento dispensado aos turistas brasileiros. Prosseguindo, reportou-se aos membros do MST, presentes no plenário, destacando que os mesmos foram acordados com a presença de Oficiais de Justiça e PMs que tinham a finalidade de retirá-los de uma área, mas que a operação

foi cancelada após intervenção do Senhor Governador para que a PM se retirasse do local. Finalizou, fazendo um apelo aos seus Pares para que intervenham junto ao Empresário Dori para que as pessoas permaneçam no local até sair a certidão do USPU. O Senhor Deputado Brito Bezerra iniciou tecendo elogios ao Presidente do Partido Progressista, Senhor Neudo Ribeiro Campos, ressaltando que, quando Governador, visando atender a demanda do Estado, construiu 135 escolas padrão; trouxe a energia de Guri; ofereceu escola com tempo integral; respeitava o servidor público pagando regularmente seus vencimentos; iniciou a abertura de fronteira agrícola empresarial com plantio inicial de quinze mil hectares de soja, destacando que esses méritos merecem o respeito deste Parlamento e do povo de Roraima. Em seguida, manifestou-se contrário ao posicionamento do Senhor Deputado Jânio Xingú quando disse que esta Casa está enfraquecida, ressaltando que, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, esse Parlamento realizou relevantes Audiências Públicas, Simpósios e Debates, e o que está em baixa são alguns discursos infelizes de poucos Deputados que ao usarem a Tribuna faltam com respeito ao povo e ao Parlamento. De acordo com o Senhor Parlamentar, esse Poder tem se fortalecido cada vez mais com o funcionamento regular das comissões e o apoio irrestrito da Mesa Diretora, o que falta, portanto, é apenas disposição dos Parlamentares em querer trabalhar para atender os anseios da sociedade. Prosseguindo, informou ao Deputado Jânio Xingú que o grupo de oposição permanece firme nessa Casa e que, quando necessário, se manifesta, muitas vezes, a favor do governo, mas que existem divergências de ideias, sendo que a questão de oposição e situação partidária se faz em palanques, em época de campanha, e que nesta Casa se trabalha em prol do povo. Continuando, solicitou ao Deputado Jânio Xingú que pare com as ameaças, ou se acredita que exista algum Deputado com o passado sujo, então, ocupe a Tribuna e denuncie, pois é sua obrigação. Finalizou, ressaltando a importância de mais um projeto de sua autoria, que dispõe sobre a realização de eventos culturais, esportivos, sociais, folclóricos e de danças, sancionado pelo governo do Estado. ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para pauta da Ordem do Dia a discussão e a votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 004/13, que “Dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Roraima para o ano de 2013 e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça, e em turno único da Mensagem Governamental de veto nº 002/13, veto parcial ao Projeto de Lei nº 059/12, que “Dispõe sobre a criação de plano de cargos, carreiras e remunerações dos servidores da educação básica do Estado de Roraima (PCCREB) e dá outras providências”, de autoria governamental. (nos termos do parágrafo 8º do artigo 253 do Regimento Interno combinado com o parágrafo 6º do artigo 43 da Constituição do Estado e do parágrafo 6º do artigo 66 da Constituição Federal); Projeto de Lei nº 029/12 que “Institui o Dia do Procurador do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Jean Frank. Projeto de Lei nº 030/12 que “Estabelece normas referentes às práticas comerciais e bancárias que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor”, de autoria do Deputado Brito Bezerra e Projeto de Lei nº 013/13 que “Abre ao orçamento fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Cultura – SECULT, crédito especial no valor Global de R\$ 3.243.676,00 (três milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais) para fins que especifica”, de autoria governamental. Projeto de Lei nº 023/2013 que “altera o quadro de distribuição de efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima – QDE, constante da Lei nº 345, de 27 de setembro de 2002; revoga as Leis nº 466, de 10 de novembro de 2004; 566, de 21 de novembro de 2006; 624, de 21 de dezembro de 2007 e 741, de 22 de setembro de 2009”, de autoria governamental. O Senhor Deputado Erci de Moraes pediu Questão de Ordem e solicitou ao Senhor Presidente, devido o adiantado da hora, a prorrogação da Sessão por mais uma hora para deliberação das matérias constantes da Ordem do Dia, ao que o Presidente acatou. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto pudessem analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 023/2013. Transcorrido o tempo estipulado, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chicão da Silveira, a verificação de quorum, a qual teve resposta negativa. Prosseguindo, o Senhor Presidente transferiu as matérias constantes na Ordem do Dia para a próxima Sessão. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: O Senhor Deputado Gabriel Picanço convidou os membros da Comissão de Agricultura para uma reunião que será realizada após o término da Sessão Ordinária.

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 09, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 09/05/2013

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

= **REPUBLICAÇÃO - EQUÍVO NO ENVIO DO ARQUIVO DIGITAL =**
ATA DA 2192ª SESSÃO, EM 10 DE ABRIL DE 2013.
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= **ORDINÁRIA** =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(Em exercício)

Às nove horas do dia dez de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 22/2013, de 08/04/2013, que submete à apreciação o Projeto de Lei que, dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos previdenciários de responsabilidade do Estado de Roraima e de suas respectivas autarquias e fundações públicas junto ao Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

-Requerimento de Informação s/n/13, de 02/04/2013, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que a Secretária de Estado da Educação, Lenir Rodrigues Luitgards Moura, seja oficializada para que preste informações por escrito e em mídia.

-Indicação s/n/2013, de 08/04/13, do Deputado Jean Frank, sobre a recuperação da Escola Estadual Alcides Miguel de Souza, localizada na Vila Novo Progresso, projeto de assentamento da Taboca.

EXTERNOS:

- Ofício nº 634/13, de 28/03/13, do Departamento de Penitenciárias Nacional, comunicando a liberação dos recursos referentes ao Convênio CICOR nº 774460/12.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, os Oradores inscritos não se encontram em Plenário.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não há Grande Expediente e nem Ordem do Dia para esta Sessão.

O Senhor Deputado Chico Guerra pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito a verificação de quorum.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, não há quorum regimental para deliberação das matérias da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo quorum regimental para deliberação das matérias da Ordem do Dia, transfiro a Ordem do Dia para próxima Sessão.

Suspendo a Sessão, pelo tempo necessário, para que a Casa atenda ao Requerimento nº 012/2013, aprovado na Sessão do dia 02 de abril do corrente, que transformará a presente Sessão em Comissão Geral, momento em que o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo, prestará esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros do Estado nos meses de janeiro, fevereiro e março.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quorum regimental para a reabertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, dou por reaberta a presente Sessão.

Senhoras e Senhores, neste momento, a Sessão será transformada em Comissão Geral, nos termos do artigo 153 do Regimento Interno e, atendendo ao Requerimento nº 012/2013.

Convido os Senhores Deputados Ivo Som e Joaquim Ruiz para que conduzam ao Plenário o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo.

Neste momento, passo a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo, para que o mesmo faça as suas considerações a respeito das aplicações financeiras do Estado nos meses de janeiro, fevereiro e março.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Bom-dia a todos. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero externar meu agradecimento pela convocação, para prestarmos contas dos valores que o Estado recebeu durante esses três meses, o que realmente foi feito e os seus respectivos gastos. Estou distribuindo uma planilha, que é um quadro de receitas e despesas do Estado, onde conta a real destinação de todos os recursos. Primeiro, nós temos os valores arrecadados tanto do FPE, com as suas devidas vinculações e deduções, quanto aos da arrecadação própria do Estado também. Depois disso, vem, no meio da planilha, a receita líquida do Estado, ou seja, o FPE bruto e a arrecadação própria do Estado, menos as suas deduções. E, embaixo, o que foi gasto, o grupo de despesas em que foram gastos esses valores arrecadados. Para vocês terem uma ideia, a receita total do FPE do Estado, hoje, soma algo em torno de 448 milhões de reais e a arrecadação própria do Estado algo em torno de 161 milhões de reais, num total de 622 milhões de reais. Desse valor, somente ficou destinado ao Estado 350 milhões, ou seja, 55% do valor, o restante foi tudo separadamente dividido, conforme a Lei prevê, tanto das deduções, como das transferências constitucionais. E, na outra parte da planilha, temos as partes de todas despesas que o Estado gastou por grupo de despesas, com folha de pagamento, com serviço de dívida, com duodécimo dos poderes, precatórios, restos a pagar, transferências aos Municípios e com as transferências para administrações diretas. Então, esse é o espelho dos recursos que o Estado arrecadou nesses três meses e onde foram efetivamente os valores foram gastos. Diante disso, fico a disposição dos senhores para responder a qualquer pergunta que me for feita. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer a presença do ilustre Secretário Renato Maciel e tentar esclarecer algumas coisas. Alguns números que tenho colhido, da mesma fonte de Vossa Excelência, têm algumas divergências mínimas. Mas, vou começar mostrando aqui, pelos meus números, a arrecadação de FPE que em janeiro, fevereiro e março somou R\$ 448.986.180,00. De ICMS R\$ 42.264.058,00 em janeiro; R\$ 42.449.857,00 em fevereiro e em março R\$ 39.935.026,00, totalizando R\$ 124.631.470,00. De Imposto de Renda R\$ 8.762.898,00 em janeiro, R\$ 18.519.636,00 em fevereiro e em março R\$ 8.468.958,00, totalizando R\$ 35.751.000,00. De IPVA: R\$ 2.129.000,00 em janeiro, R\$ 3.320.566,00 e em março R\$ 2.797.253,00, totalizando R\$ 8.247.010,00. Ainda levantei o SUS, que nos meses de janeiro, fevereiro e março totalizam R\$ 17.000.000,00. Além, senhor Renato, do total de convênios que este Estado recebeu. Recebeu, em janeiro, R\$ 180.060.806,00, em fevereiro R\$ 312.544.958,00 e em março R\$ 159.059.925,00, totalizando R\$ 660.265.668,00. Não estou aqui falando dos empréstimos, pois só no

ano passado o Estado contraiu um bilhão e cento e dez milhões de empréstimo. Juntamos o somatório dos empréstimos da CERR, do PROINVESTE e do BNDES. Não estou falando desse dinheiro do empréstimo, esse estou separando. Quando eu junto FPE e ICMS, Imposto de Renda e IPVA, o valor é menor do que o seu aqui. O seu está em 622 milhões e o meu está em R\$ 617.606.145,00. E quando disse aqui que o Estado arrecadou em três meses 600 milhões, assusta, porque não é isso. E eu, senhor Renato, quero dizer algo que o senhor disse: Ah! Deduziu o imposto, deduziu o FUNDEB, deduziu o Fundo Estadual de Saúde. É como se tudo isso fosse para outro Estado e não para Roraima. Isso cobre as despesas, inclusive, com pagamento de pessoal. Então, o dinheiro fica em Roraima, administrado por Vossa Senhoria. O Dinheiro é de Roraima. Vossa Senhoria diz aqui que arrecadou 622 milhões em três meses, mas quando eu somo com o dinheiro recebido dos convênios, fora os empréstimos, neste Estado que está sob a gerência de Vossa Excelência, esse dinheiro de convênio que é, geralmente, para pagar os contratos com as empresas, se já foram pagos, eu não posso lhe afirmar, mas somando os convênios com a arrecadação própria, nós batemos um bilhão e trezentos milhões de reais em três meses. Um bilhão e trezentos mil reais em três meses, Deputada Aurilena! Está aí o Secretário Renato, não sei o que ele vai dizer sobre os meus números, um bilhão e trezentos milhões em três meses, com uma população de 450 mil habitantes. É dinheiro, como dizia meu pai, “saindo pelo ladrão”, é dinheiro demais, é muito dinheiro, literalmente. Era para nós estarmos vivendo em uma sociedade de primeiro mundo e, simplesmente, sequer o duodécimo do Poder Legislativo é honrado. A minha mente é muito estreita para compreender essa situação que Roraima está vivendo. Eu vi aqui o montante das despesas. Aqui Vossa Senhoria, por exemplo, não detalha pagamentos com empresas, contratos, detalha? O que é LDE aqui?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – LDE é uma dedução vinculada para a educação.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – É aqueles 5%?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Exatamente.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Que é os 5%, mais os 20% do FUNDEB, somando 25%. Então, aqui deduz LDE, deduz FUNDEB, deduz o fundo, aí o resto é pagamento do PASEP, folha de pagamento, INSS, é absolutamente normal. Do mesmo jeito, quando nós vamos para o ICMS, para o IPVA, para o Imposto de Renda etc, também vêm aqui as deduções normais e corriqueiras. Queria chamar a atenção dos Senhores Deputados sabem quanto tem a folha de pagamento da direta? Só 25 milhões, Coronel Chagas. Só 25 milhões o pagamento da direta, o pagamento das indiretas é de mais nove milhões. Quer dizer, o Estado está gastando trinta e poucos milhões só com a folha. Isso representa menos de 30% da receita corrente líquida, senhor Renato, quando o Estado poderia gastar 47% da sua receita com pessoal, ou seja, o servidor está sendo massacrado, pisoteado enquanto o Estado tem plena condição de dar um aumento significativo aos servidores. Não dá porque não quer. A Lei de Responsabilidade Fiscal ampara esse aumento e, financeiramente, o Estado também pode dar. Isso é inédito no Brasil, pois talvez nenhuma unidade da federação gaste menos de 30% de sua receita corrente líquida com pessoal, mas Roraima sim. Se é louvável, não sei, mas sei que está sacrificando um segmento importante da sociedade que lhe ajuda a gerir a fazenda, a saúde, a educação. Esses servidores estão sacrificados, muito sacrificados, porque o Estado está gastando muito pouco com pessoal. E, só o que escutamos é que não há dinheiro. Então, eu queria que Vossa Senhoria pudesse esclarecer, o mais detalhadamente possível, sobre essa questão que eu acabei de focar aqui, porque a desculpa de que Roraima não tem dinheiro não me convence, porque os números falam o contrário. Obrigado.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda - Luiz Renato Maciel de Melo – Deputado, primeiro, quero informar que aqui está fora a Secretaria de Saúde, que é um fundo a parte, pois a SEFAZ não tem gerência na Secretaria de Saúde, só faz a dedução dos valores e repassa para os fundos. Mas, somando com a Secretaria de Saúde, o Estado está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por quê? Por causa das cooperativas. A cooperativa, agora, foi incluída como pessoal pela STN. Então, no momento, o Estado está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com relação à folha de pagamento da indireta, a SEFAZ não tem nenhuma autonomia para fazer nenhum tipo de procedimento. Com relação à da direta, a Procuradoria e a Secretaria de Administração é que tomam conta dela, ou seja, os valores chegam na SEFAZ para pagamento.

A SEFAZ não tem nenhuma ingerência também com relação à folha de pagamento das duas. O que, às vezes, a gente questiona, é quando há um aumento exagerado, e a SEFAZ costuma fazer isso tanto na direta, quanto na indireta. Às vezes, na direta, inclusive, o valor vai menor porque sabemos que houve alguma coisa lá e aí, depois acertamos com a direta. Com relação ao duodécimo, podemos dizer que o Estado, hoje, está em dias com o duodécimo. O problema que aconteceu ano passado foi, realmente, com a diminuição dos valores repassados para o Estado através do FPE. Nós recebemos uma determinação do Governador Anchieta, desde o ano passado, para não atrasar, de maneira nenhuma esse repasse, a não ser quando fosse extremamente necessário. E, isso aconteceu mês passado, pois, infelizmente, nós tivemos que fazer o abatimento do valor antecipado para a Assembleia e, não havia outro jeito de repassar o duodécimo se não fosse dessa maneira. Mas, recebemos ordem do Governador para que isso não volte a acontecer. Infelizmente, Deputado, nós temos uma dívida muito grande no Estado, dívidas que vem de anos. Inclusive, nós temos uma Comissão que foi na SEFAZ uma vez, o Senhor também foi lá, no COFAZ, e, mais uma vez, nós estamos brigando pela redução do percentual de juros dessas dívidas. Conseguimos alguma coisa, administrativamente, na Receita, mas o CONFAZ vai brigar, agora via Congresso Nacional. E, realmente, outras dívidas existem. Por exemplo, nós temos outros dois financiamentos, feitos em 2009/2010, que agora começaram a cair. Nós já quitamos um com o PROINVESTE, mas há outros. Então, esses juros que nós temos pago antes do principal, são altos para o Estado, fora, por exemplo, os acordos de 10, 08 anos atrás, que são o INSS da folha de pagamento, tanto do Governo do Estado, como da Assembleia, das indiretas que, naquela época, o Governador abarcou para o Governo do Estado e, isso é deduzido, sistematicamente, do FPE. A União não quer saber se o Estado tem ou não dinheiro, ela bate direto. Com relação, por exemplo, as indiretas, já está sendo feito um trabalho junto à SEFAZ, com auxílio da SEPLAN, para fazermos um pacto e negociarmos algumas despesas das indiretas, porque achamos que estão um pouco altas, mas estamos verificando o que se pode fazer, tanto é que parte da folha é paga toda pelo tesouro nacional, pelo tesouro do Estado. Provavelmente, vá demorar um bom tempo para que as indiretas continuem a pagar suas folhas. Então, as dívidas que estão sendo colocadas aqui, fora algumas especificidades, são as dívidas normais do Estado mês a mês. Agora, com o valor de cada uma, umas são constitucionais, outras são legais, e as outras são, por exemplo, por causa da folha de pagamento e de repasses para as indiretas, para a administração comandar a Folha de pagamento. E agora, nós temos um problema sério para o Estado que são os precatórios. Estamos intimados a pagar os precatórios que não vinham sendo pagos desde 2008. Nós conseguimos pagar até a metade de 2011, mas o que está acontecendo agora? A Justiça está sequestrando os valores da conta do Estado. Então, nós tentamos um acordo com o Tribunal de Justiça para pagar uma parte, mas as outras dívidas são todas dívidas que já chegam na SEFAZ para pagamento, ou seja, a SEFAZ não tem nenhuma ingerência, só vê o papel, a parte legal da coisa, se está de acordo com as normas financeiras e orçamentárias para pagamento. Com relação a outras dívidas que o Senhor queira mais detalhadamente, podemos conversar, discutir, sem problema nenhum.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Quería, ainda, fazer mais um questionamento. Secretário, eu estava observando aqui, aquele repasse em média de seis milhões que ia mensalmente para CERR, que não está indo mais, porque o empréstimo está bancando. Esse ano, somando os três meses, foi somente um milhão e novecentos. Não sei porque o empréstimo aprovado aqui, nesta Casa, foi para manter o total das despesas no exercício de 2003 da Companhia Energética de Roraima.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – A folha de pagamento da CER de janeiro e de fevereiro, foi paga pelo Governador do Estado. A de março, nós decidimos que não pagaríamos mais. O problema é que parece que a Eletrobras, para assumir a CERR, quer a Companhia quite todas as dívidas. A nossa preocupação, inclusive, em conversa ontem com o Governador, é negociar com a Eletrobras para que assuma a folha de pagamento da CER.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Secretário, eu, o Deputado Chagas e o Deputado Joaquim, fomos ao seu gabinete e, naquela época, Vossa Senhoria nos informou que o novo empréstimo do PROINVESTE era de 360 milhões. Parte desse

empréstimo, se não me falha a memória, algo em torno de 70, 80 milhões, seria para quitar o primeiro empréstimo do PROINVESTE que o Estado já estava pagando, cujo valor era significativo. Isso foi tirado para pagar o PROINVESTE?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Eu estou com a planilha, vou pedir que seja distribuída. Há uma planilha que mostra para que foi contratado, em que está sendo gasto, o que foi recebido e o que foi pago. O PF1 foi quitado integralmente, 75 milhões, só estamos agora com o PF2 e com o financiamento da CERR, cujos juros começam a cair em junho. E o PROINVESTE, o Estado paga a primeira parcela dos juros a partir deste mês.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Secretário, Vossa Senhoria tem a somatória que é descontada automaticamente da repactuação da despesa previdenciária? Quanto o Estado paga ao sistema nacional, ao regime geral de INSS mensal?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Não. Há dois INSS aqui, esses são os valores da dívida que o Estado contraiu antigamente, que são descontados mensalmente. O FPE já chega sem esses dois valores para o Estado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Eu queria levar ao conhecimento de Vossa Senhoria uma preocupação muito grande. Nós sabatinamos aqui, o Reitor da Universidade Estadual na semana passada. A Assembleia teve a boa intenção de fazer algumas Emendas para reforçar o orçamento da Universidade Estadual, por ser uma instituição importante hoje, para nossos filhos, amanhã para nossos netos. É algo vital, primordial para o conjunto da sociedade e, nos surpreendeu quando o Reitor disse estar mantendo a Universidade com taxas de concursos públicos. Ele nos disse aqui que, em janeiro, fevereiro e março, teria para as despesas de custeio, algo em torno de um milhão e meio, em média 600 mil por mês. Mas, ele só tinha recebido durante três meses 100 mil reais do tesouro nacional. Ficamos perplexos, porque é uma instituição tão importante, e o governo não dá as condições mínimas para seu funcionamento. O orçamento da Universidade soma 29 milhões e ela possui 4.500 alunos, mas a UNIVIR tem 17 milhões. Isso é um disparate, porque a Universidade Estadual tem multi campos espalhados em todo o Estado. Essa foi uma informação que nos deixou preocupados.

Secretário, estou satisfeito, mas queria ter a liberdade de ter alguma dúvida a esclarecer e ter clareza das coisas. Muito obrigado pela presença.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Deputado, com relação à Universidade Estadual, o Estado paga a folha de pagamento que é de dois milhões e meio, à SEFAZ. Com a diminuição do repasse do FPE, levamos a preocupação ao Governador e fizemos uma cota, conforme o orçamento do Estado. O que pode está acontecendo também, é que a cada trimestre, cada secretaria, cada Universidade, cada empresa, tem uma cota, que inclui a folha de pessoal, se essa cota for ultrapassada nesses três meses, eles têm que ir diretamente com o Governador para pedir aumento de cota, porque a SEFAZ não libera. Agora, a Universidade Estadual, por enquanto, só recebeu 200 mil reais para manutenção, fora a folha de pagamento.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quero fazer um contraponto à fala do Deputado Flamarion em relação a números, porque algumas perguntas que eu iria fazer, o Deputado Flamarion já fez. Mas me surpreende aqui, a UNIVIR receber do Estado 300 mil em janeiro, 300 mil em fevereiro, e a nossa Universidade Estadual, que tem professores com doutorado, que tem uma equipe presente de professores e alunos, receber 100 mil reais em janeiro e 100 mil reais em fevereiro. Essa é a primeira questão. Depois, temos outras empresas recebendo 700, um milhão, enquanto a indústria do saber, do intelecto, está recebendo 100 mil reais. Eu me reporto a Vossa Senhoria. Nós, como o senhor, sabemos o quanto é duro fazer um curso superior, uma pós-graduação. Nós tivemos a oportunidade de fazer, e como foi difícil! Imagine agora com essa geração atual com uma competência muito maior. Uma outra pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor se refere aos juros. Vossa Senhoria falou dos juros da CERR, que já começa a cair nesse próximo mês de junho. Eu gostaria de saber quanto é que o Estado vai pagar do PROINVESTE e dos juros da CODESAIMA, pois há também um empréstimo do BNDS. Quando é que a CODESAIMA vai pagar? A partir de que mês? Ou será que está naquele pacote de 70 milhões de reais? Eu não sei, Secretário, se o senhor tem as dívidas que o Estado tem a receber. Aqui não aparece. Nós temos um passivo significativo, não só por parte do Estado, como por parte de alguns

órgãos que compõem a estrutura do Estado. Nós temos informações que o DETRAN tem um passivo significativo para receber. E, no DETRAN, geralmente, esse passivo é de quem tem condições, quem tem um carro, faz parte da classe média, até a classe média alta.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Com relação à questão de repasses para as empresas, no caso à UNIVIR, é difícil repassarmos o valor que está previsto no orçamento, até porque, às vezes, quando chega esse repasse para ser feito, tem que ser dia 10, que é o repasse maior, com o qual fazemos alguns pagamentos. Mas, às vezes, não conseguimos fazer esse repasse por causa de algumas dívidas que o Estado tem, que o torna inadimplente se eu não fizer isso. Eu levo isso para o Governador, informando que pode até ser repassado para as empresas e para as autarquias. Mas, se deixarmos de pagar algumas dívidas, o Estado perde qualquer possibilidade de receber recursos. Então, temos que levar em conta tudo isso no dia a dia, do que o Estado tem que fazer. Mas, acho que também deveria fazer, se o Estado tivesse nas suas condições normais, ou seja, repassar o duodécimo normal para cada um, nem que seja o duodécimo financeiro, não o orçamentário.

Com relação à dívida que o Estado tem para receber do DETRAN, ela está fora daqui, porque o DETRAN faz essa parte. E a outra, é com relação à cobrança da dívida ativa, que cabe a Procuradoria Geral do Estado. Eu tinha feito esse pedido para a procuradoria, mas ela deu a tempo o levantamento. Então, existe em torno, se não me engano, de dois milhões de reais em débitos que o Estado tem que receber. Mas essa é uma briga grande. Há dívidas de 10 anos que até hoje não foram pagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Do DETRAN?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Não, do DETRAN, não. Estou dizendo da Procuradoria Geral do Estado e uma outra dívida de ICMS, de outras coisas. Existe esse crédito do Estado, mas é difícil conseguirmos alguma coisa. Há alguns processos em andamento também no contencioso da SEFAZ, que tem alguns valores altos, mas também há outra discussão que vai para segunda instância, que tem novo julgamento e, geralmente, quando sai dali, vai para a via judicial.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – E os juros da CERR, Senhor Secretário?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Os juros da CERR vão começar a cair no mês de julho, no valor de dois milhões e meio.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – E os da CODESAIMA?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – O da CODESAIMA não foram liberados pelo BNDS. Não existe ainda a dívida da CODESAIMA, que é aquela assunção do conjunto habitacional.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Não, eu falo do BNDS, uma parte para a CERR ...

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – O da CERR é de dois milhões e meio a cada três meses. Quer dizer, a cada três meses, cinco milhões de reais e depois de seis meses mais dois e meio.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Passa a ser quase oito milhões.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Exatamente, em julho o Estado vai desembolsar oito milhões e meio para pagar esses dois empréstimos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Vossa Excelência tem consciência que junho, julho e agosto são os meses que o Estado tem as suas piores receitas em relação ao FPE.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Sim, sei disso, até porque também há o pagamento dos salários.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Está sendo feito algum planejamento para não correremos esse risco que corremos o ano passado?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Está. Nós estamos acertando com a Secretaria de Planejamento para ver como é que vamos fazer isso.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, quero cumprimentar o Secretário Renato, agradecê-lo pela vinda aqui, porque têm alguns secretários que se julgam mais importantes e sequer vêm, ou mandam uma comunicação, depois acham ruim quando a

Assembleia Legislativa toma outras providências. Mas, eu queria fazer algumas perguntas que talvez para Vossa Excelência não sejam importantes, mas para mim, são. Por que a SEFAZ, o Governo paga a folha de pagamento da UERR? A UERR tem orçamento próprio e, portanto, o Governo do Estado deve repassar o orçamento da UERR de forma integral. É a UERR quem deve saber o que fazer com o seu orçamento. No meu entendimento, a UERR tem autonomia administrativa e financeira, e tem o ordenador de despesas. Por isso é desnecessário o Governo estar pagando a folha, a não ser que não esteja confiando nos gestores da Universidade. Então, por que o Governo faz isso?

Outra pergunta. Por que o Governo atrasa tanto o pagamento do transporte escolar? Eu não estou defendendo nenhuma empresa de transporte escolar, porque eu não tenho nenhuma, mas estou defendendo os pais de famílias, os alunos. Por que atrasar tanto o pagamento, se é dinheiro do FUNDEB, dinheiro específico para isso?

Agora, mais uma pergunta. Qual o valor total da dívida externa do Estado? Quanto se paga hoje de empréstimos mensais? E qual o valor da dívida interna, se é que Vossa Senhoria é capaz de calcular o tamanho da dívida interna do Estado hoje? Desculpe-me, pois não estou chamando Vossa Senhoria de burro, até porque sei que o senhor é um homem inteligente.

Uma outra coisa que me intriga muito é com relação ao duodécimo dos poderes, Secretário. O Poder Executivo, nos últimos anos, anda tratando os poderes como se fosse um departamento, em especial, a Assembleia Legislativa, ao fracionar o repasse do duodécimo. Não se pode fazer isso. A Constituição Estadual diz que o repasse tem que ser feito até o dia 20 para todos os poderes. E, quando eu digo a todos, é a Assembleia Legislativa, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público de Contas, ao Tribunal de Contas, à Defensoria Pública, à UERR, enfim, à todos aqueles que têm duodécimo previsto e orçamento aprovado. Por que o Governo atrasa tanto? O Governo sabe que tem esses duodécimo para repassar. No meu entendimento, o Governo gasta o dinheiro dos poderes, e quando chega o dia de repassar não tem, aí tenta arrecadar de outras formas para poder repassar para todos os poderes. Não digo isso apenas a Vossa Excelência, mas ao Governador, à Procuradoria do Estado. Os poderes são harmônicos, mas independentes entre si. Não é pelo fato de o Poder Executivo ter a chave do cofre que tem que deixar os outros poderes à mercê do duodécimo, porque aí não existe harmonia, nem independência. E, um não é subordinado ao outro. Então, por que isso acontece? Ele não pode alegar que é por falta de dinheiro. O repasse para cada um dos poderes é obrigatório. Agora, o que o Governo vai fazer com o restante que lhe sobra, não tem nada a ver. Mas se sabe que vai faltar dinheiro, então guarda o dos poderes e repassa no dia correto.

Eu tenho sido procurado por algumas pessoas, alguns alunos de faculdades particulares, que alegam que em algumas faculdades não estão podendo receber o seu diploma e nem frequentar às aulas porque o Governo está com mais de um ano que não paga o bolsa escola das faculdades particulares. Eu queria saber se isso é verdadeiro, até porque, eu procurei alguns donos de faculdades e eles me confirmaram que é verdade? Alguns, inclusive, disseram que receberam o mês de maio de 2012 agora esse mês. Não sei se isso é verdade, por isso gostaria que Vossa Excelência me respondesse.

Eu enderecei a Vossa Excelência um ofício falando de alguns cálculos, fazendo algumas perguntas sobre ICMS, sobre os recursos transferidos para os municípios. E, estou aqui de posse do ofício. Agradeço a gentileza da resposta. Como é feito o cálculo do repasse do ICMS para os municípios? Vossa Excelência respondeu que são 25%, não é isso? Como é que é feito isso? Digamos, arrecadou 40 milhões de ICMS e calcula 25%, que dá 10 milhões, e divide para os municípios. Qual é o cálculo? Como é que Vossa Excelência chegou a esse critério de que Boa Vista tem dos 25%, 17,3; Caracará: 1,8. Eu ia refazer o ofício pedindo mais esclarecimentos, mas gostaria que Vossa Excelência me dissesse agora, se for possível. Qual é a fórmula que utilizou para chegar a essa porcentagem para cada município?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Acredito que devo ter falado alguma coisa diferente em relação à UERR. A UERR tem autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Nós pagamos a folha dela, mas não é porque pegamos o dinheiro na SEFAZ. Nós passamos o recurso para a UERR. Para as outras indiretas, também da mesma maneira. Nós pedimos a folha, vemos o valor e repassamos o valor da folha integral para eles. Então, não é a SEFAZ que paga, ela só repassa o valor integral da folha de todas as indiretas.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Mas o correto não é repassar o valor integral?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – É. O correto seria, mas é que os recursos não são suficientes. Então, para não deixar atrasar a folha, passamos primeiro o recurso da folha e, depois, se sobrar alguma coisa, passamos uma parte para cada um.

Agora, em relação ao problema no transporte escolar, é que ocorre alguns percalços no meio do processo. Às vezes, é culpa da administração, mas também, é culpa dos empresários. Da administração, pela morosidade de alguns procedimentos. Isso causa, geralmente, um atraso de dois meses, mais ou menos. Mesmo sendo do FUNDEB, mas não é o FUNDEB, pois são aqueles cinco por cento do MDE que eles pagam. Então, esse dinheiro fica lá esperando a fatura chegar, não é gasto em nada. O que ocorre é a dificuldade para chegar na SEFAZ. Esse é o problema do transporte escolar. Quando chega na SEFAZ, se o dinheiro estiver lá, é pago de imediato. Não há muito problema.

Outro problema que ocorre também é que, às vezes, os empresários, ao invés de tirar o percentual do ISS do município, de onde eles estão prestando o serviço, eles querem tirar do município de Boa Vista. E aí, a SEFAZ devolve todas as notas para correção. Mas o recurso, mesmo que não tenha fatura para a SEFAZ, fica guardado, eu não posso usá-lo para nada, a não ser para o pagamento do transporte escolar.

Sobre a dívida externa e interna, Deputado, eu queria que o senhor fizesse um ofício para que eu possa explicar direito para o senhor. Eu prefiro não responder agora, mas oficialmente, até porque, existe cálculo e, eu não tenho esses cálculos aqui. Eu tenho a planilha toda, mas não tenho ela aqui. Então, ficaria difícil explicar. Aí, eu mando a planilha direitinho explicando quanto se paga, qual é o juro, porque não há problema nenhum para nós.

O problema do duodécimo aconteceu no ano passado porque a arrecadação do FPE baixou realmente. O que é que eu faço na SEFAZ, desde que eu entrei, no dia 10? Do maior repasse do FPE, eu já guardo um percentual dali para pagar os poderes. O que acontece é que quando chega dia 10, eu já sei quanto vou receber provavelmente no dia 20 e no dia 30 pelo STN. Então, eu guardo um percentual, somado com ISS, com o repasse do duodécimo do dia 20 e pago os poderes sem problema: Essa é uma previsão que fazemos. O que ocorre é que, geralmente, o duodécimo do dia 20 é menor do que o previsto, aí causa problema para nós, porque esse ICMS do dia 20, parte dele eu guardo para pagar os poderes.

Quanto à questão das faculdades, acontece quase a mesma coisa que no transporte escolar. Realmente eles têm razão, eu paguei em junho do ano passado. O que acontece? Quando os valores não chegam mês a mês na Secretaria da Fazenda, eles já chegam seis meses atrasados e não temos condições de pagar tudo de uma vez. Já foi solicitado à Secretaria de Educação e à SETRABES que mandem esses valores mensalmente para SEFAZ, porque se chegar atrasado dez meses é difícil o Estado pagar. Agora que consegui pagar até junho do ano passado, ainda faltam seis meses.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – E a culpa é da Universidade?

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda Luiz Renato Maciel de Melo – Não sei se é das universidades, mas a Secretaria nos encaminha todas de uma maneira só. Por exemplo, custa em média três universidades duzentos mil reais por mês, sete meses é 1.400.000,00. Eu não tenho como pagar sete meses para uma universidade, sete para outra e sete para outra, não tenho, se a verba chegar mensalmente, provavelmente vai ser pago.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Então, não há nenhuma faculdade que tenha menos de um milhão de reais para receber do governo.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – faz seis meses que não pagamos nenhuma das universidades.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Gostaria de fazer um apelo a Vossa Senhoria para conversar com a Secretária de Educação, com a Secretária da SETRABES e com os donos das faculdades, porque não pode prejudicar os alunos, os bolsistas, a inadimplência do Governo do Estado.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Nós tivemos uma reunião, semana passada, com a Secretária da SETRABES e a Secretária de Educação, até porque a SEFAZ questionou a Comissão que estava analisando as bolsas. E, nós

informamos que se mandarem mês a mês, poderia até não pagar tudo, mas pelo menos não ficaria tão amplo esse período de pagamento. Eles ficaram de mandar mês a mês e, como a fatura é separada, posso pagar mês a mês, sem problema nenhum. Com relação ao cálculo do ICMS, Deputado, gostaria que o Senhor refizesse um ofício para que eu possa especificar tudo direito, os critérios de cada município.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – E quanto à questão das notas fiscais. Eu não entendi como é feito o repasse do ISS de notas fiscais de serviços prestados pelos transportes escolares dos municípios, das obras que são realizadas, não entendi direito.

O Senhor Secretário de Estado da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – A maioria dos transportes escolares prestam serviços fora do município de Boa Vista, logo, cada município tem o ISS separado. Então, o Estado retém esse ISS dos municípios e é obrigado a repassar dentro de uma semana para o município de origem. Ocorre que, às vezes, por falha das empresas, colocam o percentual de ISS de Boa Vista tirando a nota aqui, e quando chega na SEFAZ, verificamos isso e devolvemos para as empresas, para que coloquem o percentual correto do município. Por isso que a fatura, às vezes, atrasa um mês ou dois.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Secretário, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia.

Senhor Secretário, pequei a planilha agora e confesso que estou tentando me aprofundar dados, mas são muito superficiais, não há como avançarmos. O senhor falou que as despesas com pessoal estão dentro da margem providencial. O Deputado Flamarion fez um cálculo rápido da administração direta e indireta e Vossa Excelência refutou alegando que tem que inserir aqui neste cálculo, as despesas da Educação e da Saúde. Por isso, estou lhe pedindo, em virtude da data base de reposição dos servidores, quando o governo apresenta dois discursos para não dar a reposição integral, alegando que não tem recursos, e nós temos demonstrado que tem; e que o recurso ultrapassa a margem providencial com despesa de pessoal. Portanto, o que gostaria de saber de Vossa Excelência é qual o valor real da folha de pagamento do Governo do Estado com pessoal da administração direta, indireta, incluindo a saúde e a educação? Sabemos que o percentual da saúde é 12% e o da educação 25%, mas não sabemos com que são gastos. E agora, como Vossa Excelência falou que a Cooperativa entra como cálculo de despesa pessoal, acredito que precisamos saber, até para termos tranquilidade quando formos votar a reposição salarial dos servidores, se temos ou não essa margem providencial para darmos esse reajuste salarial, haja vista que, os servidores vêm acumulando perdas salariais em torno de 12%. Geralmente, em toda reposição que o Governo dá no ano, deixa de repor cerca de 1 a 2% do que é a verdadeira inflação. Portanto, gostaria que Vossa Excelência nos desse essa resposta. E, se não puder, no momento, gostaria de requerer posteriormente através de ofício. Neste relatório de despesa que temos em mãos, há um valor de R\$ 39 milhões no mês de janeiro, R\$ 46 milhões em fevereiro e R\$ 1 milhão em março de restos a pagar. Então, gostaria que Vossa Excelência detalhasse o que exatamente é isso, que despesas são essas. A outra pergunta é que vem sido colocado pelo Governo durante todo o ano de 2012, e agora em 2013 não está diferente, a crise financeira pela qual está passando o Estado, devido à diminuição do FPE. Essa inverdade vem sendo colocada com tanta veemência que já passou a ser uma verdade e, nós sabemos que não é. No orçamento aprovado aqui, nesta Casa, a previsão de receita do FPE vem sendo cumprida, é tanto que tivemos um acréscimo significativo nos últimos anos, inclusive, em 2012 e 2013 não está sendo diferente. Diante do que está orçado de FPE nesses últimos três meses, pegando a receita prevista, já arrecadamos bem mais. Podemos até ter um resultado diferente daqui para a frente, mas não foi assim em 2011 e 2012, acredito que não será assim em 2013. O Governo tem um discurso defensivo de prudência, cautela, mas essa inverdade de que há diminuição da receita do FPE não é fato, os números estão aí. O que está acontecendo de fato é uma diminuição na expectativa daquilo que o Governo deseja alcançar. Aí ele tem como referência anos anteriores e, vez por outra, se não me engano, umas duas ou três vezes no ano passado, não atingiu essa expectativa. Então, eram essas minhas colocações e em cima disso vou reiterar alguns ofícios pedindo maior detalhamento dessa planilha de receita e despesa.

O Senhor Secretário da Fazenda Luiz Renato Maciel de Melo – Deputado Sampaio, vou tentar explicar mais ou menos aqui. Na última folha de pagamento da SESAU e da SECED, a SESAU não tenho precisão, porque agora a Cooperativa está vindo junto também, mas se não me falha a memória, só dos efetivos e concursos é algo em

torno de 6 milhões de reais, mais a Cooperativa. Por causa dessa parte da Cooperativa é que a STN agora incluiu que este pagamento de pessoal entre para o limite de pessoal, mas desde o ano passado já está. Então, quer dizer que desde o ano passado o Estado já começou a se apertar no limite providencial. Mas aí, se o senhor realmente quiser, pode mandar um ofício que lhe enviaremos mês a mês o valor, qual o limite providencial do Estado, como estamos hoje, até para saber quanto custa cada secretaria e quanto custa cada indireta para o Governo. Não há problema nenhum. Se o senhor quiser oficializar, pode ter certeza de que lhe informaremos qual o limite providencial e como estamos hoje.

Quanto aos restos a pagar, são aquelas despesas que estavam dentro da SEFAZ, liquidadas, só faltando o último estágio das despesas que é o pagamento, não inclui aquelas despesas que só tinham o empenho, aquilo era uma provisão. Quer dizer, tenho um empenho para entregar alguma coisa, mas ainda não entreguei, estas estão incluídas em restos a pagar. Restos a pagar são as despesas que estão dentro da SEFAZ e que eu não posso anular, pois já estão liquidadas, prontas para pagamento. Para mim, isso gera problemas seriíssimos na STN e no ajuste fiscal do Estado. Então, essas despesas aqui são todas as que estavam na SEFAZ no dia 31 de dezembro de 2012, são despesas com água, luz, telefone, obras, entre outras coisas.

Sobre o problema do FPE, não é que não atingimos o limite, é que, às vezes, fazemos a expectativa de um valor e, quando chega no final do ano, o valor não é o mesmo. Acabei de chegar de um CONFAZ agora e podem ter certeza, o Estado de Roraima está mais ou menos. Há Estado do Norte que não paga a folha de funcionários. O Estado de Minas Gerais está pedindo dinheiro para pagar a folha. Então, não somos só nós que estamos nessa situação, todos estão. Fomos a uma reunião no Ministério da Fazenda, terça-feira, com os Senadores da bancada do governo federal, para discutir exatamente isso e, lá foram colocados todos esses problemas para eles. Foi separado por região e cada região expôs seus problemas para eles. Cada região expôs como estava cada Estado. Dentro da região Norte, o nosso Estado não é o pior, porque só o Amazonas, na região Norte, está bem, os outros estão ou devendo folha, ou fornecedor, ou não pagando a dívida. Há Estado do Norte que está questionando a dívida na justiça, porque vai ser cobrada agora. Então, o problema do FPE é exatamente esse, às vezes não conseguimos receber aquilo que almejamos. Por exemplo, nos três últimos meses agora, houve um crescimento de 8% em relação ao ano passado. Eu não sei se isso vai continuar...

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quantos por centos a mais está previsto no orçamento? O problema é exatamente esse. Parece que o governo não trabalha em cima do que é aprovado no orçamento, ele tem, como referência, muito mais o ano anterior, ou uma expectativa de receita. Ele cria essa situação de dificuldade para o Governo do Estado. E ficou mais claro ainda, Deputado Flamarion, pois até a Peça orçamentária que aprovamos esse ano, nesta Casa, não foi devidamente publicada e reconhecida pelo Executivo. Estou me referindo às Emendas Parlamentares. O que não dá para aceitar, Senhor Secretário, é que o Governo do Estado tenha uma mídia muito forte, através da assessoria de comunicação, criando uma imagem perante a sociedade roraimense de que o Governo do Estado não está arrecadando como deveria. Pelo contrário, o Governo do Estado não demonstra à sociedade que houve, como Vossa Excelência acabou de falar, em comparação ao ano passado, um acréscimo de 8% do PFE. Se pegarmos o que foi aprovado, esse acréscimo, tenho absolutamente certeza que teremos algo em torno de 30%. Então, o Governo começa a criar despesas desenfreadas, foge daquilo que é planejado, que é o orçamento, que é o norteador das receitas e despesas do Governo do Estado, e cria essa dificuldade. Inclusive, Deputado Flamarion, chega ao ponto dessas despesas criadas por parte do Governo do Estado, sacrificarem o duodécimo dos Poderes. E olha que o duodécimo está previsto na Lei Orçamentária! Então, essa inverdade tem que acabar, porque a nossa expectativa de receita foi uma, mas não foi atingida. O que foi atingido foi o que foi aprovado no orçamento, de FPE, ICMS. Isso não é o suficiente? Será que a Secretaria de Planejamento manda para esta Casa um orçamento irreal? Não vamos subestimar o orçamento.

Estou muito mais partilhando essa preocupação com Vossa Excelência, porque são dados, no sentido de trabalharmos em cima de fatos reais e em cima da verdade no que diz respeito às receitas do Estado.

O Senhor Secretário da Fazenda Luiz Renato Maciel de Melo – É Deputado, como o orçamento é uma peça que prevê receita, dentro dessa previsão, a SEFAZ faz um cronograma que, às vezes, não

atinge. E, às vezes, as Secretarias e as indiretas questionam, mas é porque da feita que atinge aquele limite, a SEFAZ, prudencialmente, fecha o orçamento daquela unidade. Há exceções em que é aberto? Há. Mas, a regra é quando atingir aquele limite, não pode gastar mais. Isso vem sendo feito agora. Começamos o ano passado e tudo está do mesmo jeito, a cada três meses cada um tem direito a esse percentual, se gastar acima disso, para, não gasta mais. Realmente o orçamento é uma previsão e é por isso que se fica nessa expectativa.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Remídio Monai.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Senhor Presidente, senhor Secretário, eu, que tenho minha base eleitoral voltada para o Sul do Estado, questiono as obras de recuperação de vicinais e de algumas pontes, pois, estamos nos aproximando do inverno e algumas dessas obras de recuperação já foram licitadas. Por isso, pergunto ao senhor, se está seguro e garantido que neste orçamento terá espaço para empenhar e executar estas obras ainda este ano? Também gostaria que o senhor esclarecesse melhor a questão do transporte escolar. Por exemplo, há empresários que ainda não receberam o valor do transporte escolar referente ao ano passado e, esses empresários voltaram a trabalhar este ano, licitaram e a Secretaria de Educação alega que não empenha e nem encaminha para a SEFAZ, porque a SEFAZ não dá o aval, dizendo que não tem orçamento. Então, há uma inquietação por parte do pessoal do transporte escolar, pois eles não dispõem de mais recursos devido ao fato de terem ficado o ano passado sem receber e, já estão trabalhando este ano sem receber também. Então, estão preocupados em não terem mais condições de continuar trabalhando. Eles já estão pensando até em suspender os serviços até que saia o pagamento. Então, qual é a posição que o senhor daria, uma vez que a Secretaria de Educação não encaminha as notas pelo fato da SEFAZ dizer que não tem orçamento para autorizar esses pagamentos.

O Senhor Secretário da Fazenda, Luiz Renato Maciel de Melo – Bem, Deputado, quanto a sua primeira pergunta sobre a recuperação de pontes e vicinais, a secretaria de infraestrutura tem um orçamento, uma cota, dentro da qual ela pode empenhar as suas despesas. Caso essas cotas sejam cumpridas, feito os empenhos, todos os procedimentos licitatórios vão para a SEFAZ para pagamento. O que pode estar ocorrendo, é que a SEINF não tem mais a cota trimestral. Se isso acontecer, ela tem que ir diretamente ao Governador, pois só ele libera cotas trimestrais. Todos os procedimentos administrativos que estiverem dentro da cota, são para serem pagos. Podem não ser pagos de imediato, mas estão dentro do orçamento e devem ser pagos. Só que agora, estipulamos essa cota trimestral e pode ser que todos esses serviços estejam dentro da cota que ainda vai ser empenhada, ou pode ser que já tenha extrapolado a cota, então terá que ser aberta uma nova cota financeira para eles. Quanto ao transporte escolar, é a mesma coisa. A Secretaria de Educação, há duas semanas atrás, já liberou nova cota financeira, em torno de vinte milhões de reais. E, pode acontecer a mesma coisa, extrapolar a cota que seria até junho, e fora esta cota, seja aberta uma nova, só com a autorização do Governador, porque aí ele estará sabendo que a educação estará utilizando uma nova cota que já é do próximo semestre. Então, nas duas situações pode estar acontecendo isso, ou seja, pode ser que todos os dois já tenham extrapolado suas cotas financeiras e aí, a SEFAZ fecha o orçamento para essas unidades.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Com a palavra o Senhor Deputado Ivo Som.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom-dia Senhor Presidente, amigos Deputados, Senhor Secretário e demais presentes. Só para reforçar o que foi dito aqui, Vossa Senhoria sabe que eu estive, semana passada na SEFAZ. O Deputado Flamarion disse, nesta Tribuna, após o discurso da oposição, que o Governo tinha arrecadado quase seiscentos milhões de reais e que era dinheiro demais. Eu, preocupado, fui até a SEFAZ, na quarta-feira, mas não estive com Vossa Excelência e sim com os funcionários. Eu trouxe alguns dados que comprovam o que disse, como está registrado nos jornais locais. Só para que a oposição fique mais tranquila, quando eu disse que cem milhões de reais era da Folha de Pessoal, se somarmos o duodécimo dos poderes são mais de cem milhões. Eu falei em dois pagamentos e já chegou aos duzentos milhões. Estou aqui com o relatório contendo todas as despesas, como, por exemplo, a construção de unidades de saúde, os investimentos na Polícia Civil, os investimentos em saneamento básico. Mas, só não vê quem é cego, pois para se andar em Boa Vista está complicado, você faz um circuito danado, mas se fosse uma obra para a cidade ficar bonita, todo mundo estava enxergando. Como a obra fica debaixo do

chão, só vai valer pela vida e pela saúde das pessoas. Então, só quero, por justiça, lhe parabenizar. Eu estou tranquilo quanto à aplicabilidade dos recursos do Estado de Roraima, diferente dos Estados do Pará, Minas Gerais e Maranhão, onde os funcionários estão de três há oito meses com salários atrasados. No Estado do Pará, há obras com convênios da fonte 001 paralisadas há mais de um ano, obras que foram prometidas no ano passado. Resumindo, mal começaram as obras e já pararam. Então, eu fico feliz porque só em saneamento básico foram gastos quarenta e dois milhões de reais, só a partir de janeiro. Isso mostra que esse Governo é transparente, porque, às vezes, só se joga pedras no telhado dos outros. Parabenizo esta Casa pela iniciativa e o Secretário por se fazer presente para prestar os devidos esclarecimentos. Muito obrigado.

O Senhor Secretário Estadual da Fazenda (Renato Marciel) – Deputado, eu também gostaria de agradecer e de dizer que a SEFAZ está a disposição. Apesar desse ser um cargo político, nós somos técnicos. A maioria preza por esse lado e temos respeito por todos os poderes, por todos os credores do Estado. A SEFAZ está disposta a conversar com todo mundo e a mostrar o que está acontecendo. Esse demonstrativo estará no Portal da Transparência do Estado. Então, eu não posso esconder nada, porque o Tribunal de Contas pode pedir, o Ministério Público pode pedir. Portanto, não tem porque ficar escondendo. Para mim, é uma honra apresentar isso.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Com a palavra a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Doutor Renato, seja bem-vindo. Eu não tenho perguntas. Só queria dizer que, anteontem, nós tivemos uma reunião com o Governador e, ele demonstrou preocupação com o custeio do Estado, objeto de discussão nosso. Eu olho aqui essa planilha, e já havia feito aqui uma conta aritmética, tirando o FUNDEB, a Saúde, a Segurança, o pagamento do Estado com o duodécimo, não sabia quanto havia de transferência para os Municípios. E, já tinha dito aqui que, aritmeticamente, somando só isso, já vimos a situação do Estado. Eu havia dito isso numa Sessão. Hoje, esse documento é muito bem-vindo. Eu me preocupo justamente quando escutamos que o Estado não está pagando água, luz, combustível, não está comprando remédios, porque 12 milhões do FUNDEB, sabemos que não paga a folha de médicos. Então, isso veio a corroborar om tudo aquilo que a base do Governo tem tentado dizer. O que me preocupa imensamente é cadê a alimentação dos presídios, dos hospitais, os medicamentos, o pagamento do custeio da máquina do dia-a-dia, dos carros, dos veículos, do combustível. Então, não está incluído aqui, e não tem realmente como pagar, não tem como bancar. Eu acredito que por si só, essa planilha diz tudo. Digo isso, porque eu sempre estou lá com o senhor, toda hora, perguntando, tentando saber. E aqui está detalhado cada uma das obrigações do Estado. Foi muito boa a sua vinda aqui, muito esclarecedora. Vossa Senhoria colocou as questões como têm que ser colocadas, com detalhes que nós, da base governista, muitas vezes não temos conhecimento. O que paga de REFINS, de PASEP não temos um dado real. Então, eu só quero dizer que foi dentro daquilo que é a função do Estado, esclarecer à Assembleia, que alcançou totalmente seus objetivos. A preocupação que colocamos para o Governador naquela reunião e o que ele colocou para nós é que o custeio do Estado tem sido difícil. Eu não estou vendo aqui, como é que o senhor está pagando a folha de terceirizadas, as bolsas de estudos, ou seja, uma série de questões que hoje são pendências que temos visto todos os dias na televisão e que não constam aqui. Há uma preocupação com aquilo que se diz todos os dias: “não há recursos no Estado”. Então, quero agradecer sua vinda aqui. Não vou contestar o dinheiro de convênios, porque são recursos específicos e ainda oneram o Estado, pois têm que ter contrapartida. Nós já perdemos convênios no Estado porque é difícil assumir mais despesa de contrapartida. Muito obrigada.

O Senhor Secretário Estadual da Fazenda (Renato Marciel) – Deputada, algumas dessas despesas estão dentro dos restos a pagar, ou dentro das despesas de 2013. Porém, a relação é extensa. Se eu for nomear tudo aqui, é complicado, porque têm faturas pequenas. Pode ser que exista alguma dívida do Governo ainda que não estejam na SEFAZ.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, eu não tenho nenhuma pergunta a fazer. O Deputado Ivo Som falou aqui que, na semana passada, o Deputado Flamarion deu um show falando em receita, pois era muito dinheiro. E, é verdade, Deputado. Vossa Excelência disse que ele falou em seiscientos milhões, mas foram seiscientos e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais. Enfim, a arrecadação foi maior do que o

Deputado Flamarion colocou. A Deputada Aurelina disse que tem que tirar FUNDEB, outros fundos, mas os recursos desses fundos também ficam aqui, não vão para outros Estados.

Eu quero fazer uma observação. É uma questão de Governo e não da Secretaria de Fazenda. O problema não está em arrecadar, Deputado Naldo, porque há arrecadação, mais os repasses, como disse o Deputado Flamarion, em convênios e emendas parlamentares. Enfim, recursos que entram no Estado. O problema está em como investir esses recursos. Uma coisa é investir, outra é gastar, outra é custear. O Custeio do Estado está altíssimo e a culpa é dos gestores. Mas, parte dessa culpa é da Assembleia Legislativa que aprova aqui muitas despesas que lá na frente o Estado não vai ter como arcar. E a culpa também vai ser nossa, porque nós aprovamos. Então vejam bem, o custeio do Estado já está nas alturas. Os gastos! Esses sim podem ser cortados, aí o Governo tem que trabalhar para isso e, uma das prioridades seria acabar com essas Secretarias Extraordinárias, que só geram gastos, não geram investimento e nem custeio, desnecessários, que poderiam ser cortados. Quanto aos investimentos, não podemos cortá-los nunca, porque o Estado nunca vai se desenvolver, senão houver investimento. Nós temos que trabalhar com custeio, de forma responsável, e com investimento, cortando os gastos. Nós sabemos o que são gastos, é fácil detectar quando eles existem, se o Governo empreita e paga para corta gastos, pois quando não paga em dia, o custo da obra é maior e, os que vão para a licitação, vão com os preços maiores. Enfim, se nós administrarmos este Estado aqui um dia, com a meritocracia, se administrarmos este Estado como se administra uma empresa, corta-se gastos e sobra dinheiro e, não vamos estar na Folha de São Paulo, como aparecemos agora, como o Estado que mais gasta do que arrecada. Isso é irresponsabilidade! Na minha casa, se eu gastar mais do que eu ganho, sou irresponsável, porque não vou ter como pagar! Se eu receber cem e gastar cento e cinquenta, vou ficar devendo cinquenta. Como diz o ditado: quem come mais do que tem, está comendo o pão de alguém. Este é o nosso caso, alguém está perdendo. Aí, é a classe empresarial que não recebe! Ou é o funcionário público que não recebe! É o duodécimo que atrasa! É o Governo que quer aumentar receitas! No lugar de aumentar receitas, vamos cortar gastos, porque quando se aumenta receita a classe empresarial nem sofre tanto, pois o empresário repassa todos os tributos para o consumidor final. Então, quem vai perder é aquele que vai comprar, porque o custo de vida vai aumentar. Por isso, precisamos de uma política de colocar uma coluna de despesa, uma de receita, para trabalharmos uma gestão pública competente, como fez o Estado do Mato Grosso, o de Pernambuco. Eles estão equilibrando as suas despesas e receitas, e estão dando uma melhor qualidade de vida ao seu povo.

Agradeço a Vossa Excelência por ter vindo aqui. Mas, queremos saber como está sendo gasto? Onde está sendo gasto? E quais são as prioridades? A questão é como aplicar esse montante que está sendo arrecadado todos os meses.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - bom dia Doutor Renato, estou satisfeito com vossa presença na nossa Casa. Vossa Senhoria nos trouxe aquilo que foi solicitado, de forma objetiva, direta, sem escamotear a verdade. E, é isso que nós queremos, independentemente de situação ou oposição, pois temos que ter conhecimento pleno da situação financeira do Estado. Fiquei satisfeito com o que eu ouvi. Não vou formular outras perguntas, porque as dúvidas que eu tinha já foram equacionadas nas perguntas dos colegas que me antecederam. Mas, quero apenas colocar que a situação do Estado de Roraima não é a única. Só a título de informação aos colegas, eu li há poucos dias, sobre os precatórios, uma decisão da justiça que não permite o parcelamento e, não permitindo, se levarmos ao pé da letra, São Paulo estaria com 56% do seu orçamento comprometido para pagar precatórios. Por outro lado, entendo que nós devemos nos acostumar e procurarmos, agora, uma outra forma de abordarmos nossas questões a nível legislativo, porque não resta dúvida de que deverá se consolidar a necessidade da transparência absoluta na função pública. Além do mais, acredito que nós passaremos por algumas dificuldades ainda, porque é preciso que se invista para ter retorno. Por fim, imagino sua situação enquanto secretário de finanças, com as pendências que o Estado ainda tem, se tornar verdadeira porta da esperança, pois todos têm esperança de chegar lá e verem os problemas resolvidos, mas nem sempre é possível. Quero agradecer mais uma vez sua presença e, sobretudo, a objetividade com que vossa senhoria argumentou, atendendo exatamente aquilo que foi questionado. Muito obrigado.

O Senhor Secretário Estadual da Fazenda (Renato Marciel) – Quero lhe agradecer também e dizer que a Secretaria da Fazenda vem

buscando mais prudência em suas ações, principalmente na parte de fiscalização. Temos um método para fazer as coisas de forma diferente e, acho que chegando a um bom senso, conseguiremos pelo menos amenizar a dor de quem já está doente. O problema é que temos, às vezes, que fazer um corte maior, não porque queremos, mas porque as dificuldades do dia a dia nos obrigam a fazer isso. Contudo, a SEFAZ e a SEPLAN estão sempre se reunindo com o Governador para expor o que está acontecendo e para tomar as precauções que achamos que devemos tomar, esperando que possamos pelo menos melhorar mais a situação do Estado.

Questão de Ordem do Senhor Deputado Ivo Som - Deputado Brito! Quero lhe parabenizar e dizer que o Deputado Flamarion estava faltando com a verdade...e agradecer ao Deputado Flamarion, porque se não fosse por suas colocações, não teria vindo um Secretário com uma planilha detalhada demonstrando a transparência dos gastos. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Acho que o Deputado Flamarion tem mais uma observação a fazer, mas antes disso, gostaria de fazer algumas colocações.

No início dos anos 90, as finanças públicas do país, em todo nível da federação, se caracterizavam por um forte desajuste fiscal, resultado de mais uma década de desorganização econômica e altas taxas de inflação. Nós sabemos que o equilíbrio fiscal, era mantido artificialmente por meio do chamado imposto fracionário, que era utilizado como fonte de financiamento de gastos públicos. Com o advento do plano real, o controle da inflação provocou o desmonte dessa estrutura de financiamento dos gastos. Ao promover o fim do imposto inflacionário, isso resultou no desajuste das contas públicas, obrigando todos os entes federados a promoverem um forte reajuste fiscal. Foi nesse contexto, dado o risco do desequilíbrio financeiro dos Estados e do comprometimento da economia do país, que a união da Lei de 9.496, de 11 de setembro de 1997, estabeleceu critérios para o refinanciamento da dívida pública mobiliária, no caso o GPDI. Naquele momento, ou posteriormente, o GPDI parecia ser o mais favorável, mas na verdade, o que mostrou isso foi o PCA. Porque estou falando isso, Senhor Secretário? Nesse período de 1998 a 31 de dezembro de 2012, o indexador escolhido, GPDI, para estabelecer a taxa de juros que os Estados pagariam nas dívidas com a União, cresceu 222%, enquanto que o PCA cresceu apenas 137%, ou seja, os Estados foram induzidos a refinar suas dívidas com o indexador que cresceu quase 100% mais que o indexador que era favorável aos Estados. Isso ficou comprovado nos estudos. Nesse sentido, há uma relação perversa, um tratamento perverso da União com os Estados em relação ao pagamento da dívida pública dos Estados. Temos casos como o de Minas Gerais, por exemplo, que em 1998, ao refinar sua dívida era de 30 bilhões. Nesse período, pagou mais de 50 bilhões, e está devendo 70 bilhões. Ora, a dívida era 30 milhões, pagou mais de 50 milhões de juros, taxas, e não amortizou nada, porque a dívida hoje é mais de 70 milhões de reais. Em razão disso, há um movimento nacional, capitaneado nacionalmente pelos legislativos estaduais, visando conhecer a dívida dos Estados perante a União, buscando negociar, através da participação das Bancadas Estaduais, dos legislativos das Assembleias, como também das Bancadas Federais, com a União, para buscar um entendimento e o renegociamento dessa dívida. Aqui no âmbito do nosso Estado, o Presidente da Assembleia, com sensibilidade e conhecimento de causa, nomeou uma Comissão Especial para tratar da dívida pública do Estado de Roraima perante a União, da qual fazem parte os parlamentares Flamarion Portela, Erci de Moraes, Joaquim Ruiz e eu, Relator desta Comissão. Nós encaminhamos um ofício a Vossa Senhoria, acerca de um mês, solicitando algumas informações para que pudéssemos embasar nosso entendimento, para, após isso, submetê-los ao Plenário esse Relatório que deveremos apresentar. Esse ofício foi protocolado no dia 19 de março de 2013 e traz 12 perguntas, 12 questionamentos, a fim de que possamos estudar e conhecer o processo de endividamento do Estado perante a União, e se existe realmente esse endividamento com base na lei 9.496, para que possamos ir ao Congresso Nacional, ao Ministério do Planejamento, sensibilizar o Governo Federal a fazer esse refinanciamento com o indexador mais justo. Nós fizemos essas colocações dentro... A sua visita, na verdade, era para tratar de orçamento, mas como surgiram questionamentos relacionados ao endividamento do Estado, e a Assembleia Legislativa quer ser um parceiro do Poder Executivo nesta questão, trouxemos essa questão porque temos urgência em dar uma atenção especial em resposta a este Ofício que foi aprovado pela Comissão.

O Senhor Secretário Estadual de Fazenda (Renato Maciel) – Já estou respondendo ao Ofício, porque vai ajudar o Estado a, pelo menos, brigar por alguma coisa. Mas, semana passada, participamos de uma reunião no Ministério da Fazenda, com todos os Estados, e lá foram discutidos vários pontos. Hoje, estão votando o novo percentual do FPE e, provavelmente, o Estado vai perder se não fizermos... Nos reunimos, semana passada, com os Senadores Romero Jucá e Ângela Portela, todos os dois têm conhecimento, já passei a planilha para eles e, nessa negociação com a União, eles querem englobar tudo, FPE, dívidas do Estado e alíquota do ICMS. Só que a alíquota do ICMS não tem o consenso das regiões. Então, a briga está cada vez mais acirrada. Também na semana passada, nos reunimos, inclusive, com o relator, o Senador Delcídio do Amaral, para explicar qual é o problema da região norte com relação ao ICMS e ao FPE. E, com relação às dívidas, ele realmente ficou abismado, porque não sabia que acontecia esse tipo de coisa na região norte, mas disse que ia se reunir com a Senadora Ângela Portela e com o Senador Romero Jucá para poder verificar o que eles podem fazer na Comissão, pois do jeito que está, muitos Estados vão parar de pagar as dívidas. Roraima ainda é um dos poucos que vem pagando normalmente. Há alguns Estados que já estão recorrendo na justiça. Então, esta Comissão vai ajudar a brigar por isso, porque realmente é uma decisão que vem da União e nós vamos ter que dar um jeito de melhorar para o Estado. A situação de Roraima é muito difícil, inclusive, nós estamos querendo mudar o índice para IPCA mais 6, o que seria ideal para os Estados, mas a União está questionando. Já tem uma Comissão do COMFAZ que vai esta semana para Brasília questionar isso. E o auxílio da Comissão para nós é ótimo, porque vamos ter mais parlamentares verificando a possibilidade de redução desses juros.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Nós só temos a agradecer, na certeza de que tudo será resolvido. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Uso do Expediente para parabenizar Vossa Excelência por estar no momento, no comando desta Casa e, também o nosso Secretário pela transparência com que argumentou para nós. Quem dera que os outros Secretários viessem aqui, como o nosso Secretário da Fazenda, que colocou e abriu tudo aquilo que já é constitucionalmente direito do Cidadão. Parabéns Secretário!

O Senhor Presidente Coronel Chagas- Muito obrigado, Deputado Joaquim Ruiz. Quero também agradecer ao Senhor Secretário pela forma clara e objetiva com que apresentou seus dados, sem querer esconder nada, até porque sua conduta tem demonstrado isso. Eu tenho certeza que sua presença serviu para tirar muitas dúvidas aqui, dos membros deste Poder e, desejo sucesso no seu trabalho. Nós ficamos no aguardo das respostas do Expediente da Comissão Especial da Dívida Pública.

O Senhor Secretário Estadual de Fazenda (Renato Maciel) – Quero agradecer, em nome do Governo do Estado, a oportunidade de demonstrarmos para a Assembleia Legislativa como se encontra as finanças do Estado. E, informo que qualquer documento deste estilo, da Secretaria da Fazenda, estará no portal da transparência da Controladoria Geral do Estado. Porque eu acho que não cabe a nenhum gestor esconder algum tipo de informação que um dia possa ser necessário. Há vários órgãos de controle e essas informações vão para eles que têm acesso ao acervo do FIPLAN via internet. Então, Desejo a todos os Deputados um feliz mandato e a Secretaria da Fazenda continua aberta no que pudermos, desde que não interfiram em nenhuma ilegalidade para a Secretaria, como, por exemplo, o fisco, para que eu não dê nenhuma informação que seja confidencial. Muito obrigado!

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Agradeço a presença do Secretário Renato Maciel e informo a todos os Parlamentares que participaram desta Comissão Geral que foi alcançada a finalidade. Declaro encerrado a Comissão e retorno a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Gostaria de solicitar de Vossa Excelência o Horário de Liderança destinado aos partidos, pois vou cedê-lo ao Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Com a palavra o Senhor Deputado Brito Bezerra, utilizando o Horário de Liderança.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu líder, Deputado Soldado Sampaio. Obrigado por esta oportunidade.

Senhor Presidente, em virtude de uma Audiência Pública que vai acontecer amanhã na Câmara Municipal, quero informá-los que eu

vou participar, enquanto Presidente da Comissão de Indústria e Comércio e Turismo, e amanhã não terei a oportunidade de estar aqui me pronunciando com Vossas Excelências. Por isso, solicitei ao nosso líder que me desse esta oportunidade.

Gostaria também de fazer alguns comentários sobre a lei que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural no nosso Estado, principalmente para esclarecer as Vossas Excelências que votaram nesta lei, que me apoiaram nesta luta junto com o Deputado Chico Guerra, que votaram e aprovaram aqui, nesta Casa, que esse projeto, Deputado Ivo Som, vem trazer segurança jurídica para os promotores de eventos, e para o público que gosta de vaquejada, porque os animais não poderão andar onde estão as pessoas, as cercas não poderão mais ser de arame farpado. Nós prevemos, no corpo desta lei, que não poderá haver maus-tratos aos animais, ou seja, o competidor que maltratar vai ser automaticamente desclassificado do evento. A lei também prevê que tem que ter uma ambulância com profissionais de saúde habilitados e qualificados para prestarem os primeiros socorros a quem tiver necessidade de atendimento, seja competidor, seja o público em geral. Prevemos também que terá que ter profissionais que cuidem da sanidade dos animais de competição, sejam cavalos ou bois, e que tenham tendas para não ficarem expostos ao sol nos currais, alimentação adequada, água... Enfim, nós tivemos todos os cuidados para que houvesse bons-tratos aos animais. Antes, não existia uma lei para regulamentar isso e aí, nos eventos clandestinos poderia ocorrer maus-tratos aos animais e essas pessoas não iriam ser punidas. Não tínhamos como acionar o Ministério Público do Meio Ambiente, a Justiça, regras para desclassificar o competidor, porque era um evento clandestino, que não tinha nenhuma regulamentação. Aqueles que estão nas redes sociais, que cometam que a vaquejada não traz benefício nenhum para o setor de eventos aqui no nosso Estado, engana-se. Deputado Chico Guerra, a Associação dos Vaqueiros de Roraima, e Vossa Excelência foi um dos autores da lei e esteve comigo em conversa com eles, me passou dados, mostrando que 20 milhões de reais são movimentados por ano nesses eventos, gerando emprego e renda para vaqueiros, para as pessoas que vendem alimentos, bebidas alcoólicas ou não, que trabalham com transporte de animais, enfim, para aquelas pessoas que vendem ração, que tratam dos animais. Portanto, esta lei que todos os Deputados aqui que estavam presentes votaram a favor, é uma lei que traz segurança para o evento. Quero deixar bem claro para Vossas Excelências que votaram nessa lei que ela só trará benefícios para o Estado. Se indagados por alguém, Vossas Excelências já sabem que votaram certo e que não existe preocupação alguma com maus-tratos aos animais, pois é uma lei que prevê que deve haver bons-tratos com os animais.

Gostaria de deixar bem claro que essa lei vai dar segurança para quem promove o evento, bem como para o público, ou seja, é um projeto que só beneficia a todos.

Quero dizer as Vossas Excelências que esta Lei, Deputado Chico Guerra, Senhoras e Senhores Deputados, foi sancionada pelo Senhor Governador José de Anchieta Júnior, no sábado, num evento que nós participávamos, onde dois empresários, amigos meus, dirigiram esse vento no Jôquei Clube que contou com a presença, nos três dias, de mais de oito mil pessoas. E, o Governador do Estado foi lá, sancionou a lei, por entender que ela trazia benefícios para o povo de Roraima. Aí surgiram várias especulações, algumas indagações: “Deputado Brito Bezerra, o senhor está do lado do Governador? Como pode estar do lado do Governador?”. Senhoras e Senhores, meu líder Deputado Sampaio, desde que seja para beneficiar o povo do Estado de Roraima, eu fico do lado do lado do Governador. Ele foi lá na nossa vaquejada, Deputado Ivo Som, teve essa ombridade e sancionou esse projeto de lei que vai gerar emprego e renda para o nosso povo. E meu Vereador Luiz do Posto, lá de Rorainópolis, a democracia permite, somos adversários, não somos inimigos. No meu pronunciamento, eu fui claro: “Somos de grupos políticos diferentes, mas Vossa Excelência está vindo aqui sancionar uma lei, demonstrando respeito a este público e a este parlamentar, então agradeço e louvo esta atitude”. Eu jamais me tornarei inimigo de alguém por questões políticas. Podemos ser adversários e convergirmos quando o interesse do povo for maior, meu amigo Neto Guerra, porque nós fomos eleitos para estar a favor do povo, com questões partidárias a parte. Ele foi ao evento, no Jôquei Clube, o recebi, ele sancionou a lei, o elogiei, o parabeneizei pela lei e volto a parabenizá-lo aqui pela atitude de ter ido lá no nosso evento sancionar essa lei e trazer agora a segurança para todos aqueles que competem, que gostam daquela festa e que são amantes do esporte

vaquejada.

Agradeço e esclareço, somos de grupos políticos diferentes, mas neste evento estivemos juntos, pois ele sancionou uma lei que veio beneficiar a todos aqueles que participam desse esporte e que amam a vaquejada. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais Orador inscrito, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, gostaria de convidar a Comissão de Educação e demais Parlamentes que queiram participar de uma reunião, amanhã, na sala de reuniões, pois a Primeira dama do Estado e a Secretária do Trabalho estarão entregando o Projeto de Reformulação do Bolsa Universitária para a Comissão de Educação, amanhã às 11 horas, após o término da sessão.

Quero convidar também aqui a Comissão de Educação e qualquer parlamentar que queira participar de uma reunião que haverá amanhã no auditório da Universidade Estadual, às 19:30, com a Comissão de Educação do Estado, da Assembleia Legislativa para discutir a reforma da educação. Vão estar envolvidos todos os Secretários municipais de educação, sindicatos lá na UERR.

O Senhor Deputado Ivo Som – Só para enaltecer o que falou o Deputado Brito no Horário de Liderança, estávamos no Uiramutã, Deputado Brito e eu, e ouvimos pessoalmente do Governador quando ele disse que tinha pressa em voltar justamente para ir ao enterro da Vereadora Valcéria. E, imediatamente, ele queria voltar para ir até ao Jôquei Clube justamente para sancionar a lei, pois entende que não se trata de questões partidárias, e sim de um projeto que entende como importante para o Estado. Inclusive, a Primeira Dama reforçou que ele deveria vir, porque sabemos que o seu projeto é de grande importância para o povo de Roraima. Em outros Estados tentaram impedir a aprovação dessa lei e, acho que aqui no nosso Estado vai ser diferente. Inclusive, estive com o Dandêzinho e ele estava muito feliz com a aprovação dessa lei. Neste final de semana vai ter vaquejada na AVR e vão levar a frente, a cada município, o nome do Governador, porque entendem que isso só engrandece e valoriza o esporte. Um grande abraço e parabéns.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero aqui demonstrar a nossa indignação em relação à denúncia feita contra o Deputado Marcelo Natanael. Gostaria de pedir ao Corregedor que dê celeridade a esse processo para que possamos tomar as providências cabíveis, no sentido de que entendemos que foi cerceado o trabalho do Deputado. Não acreditamos que o que lá está escrito na denúncia, o Deputado tenha feito. Conhecendo o Deputado, sei que não é do seu comportamento tomar esse tipo de atitude que consta lá. Então, gostaríamos de dizer a vocês que a Mesa Diretora vai cumprir aquilo que a corregedoria nos encaminhar, porque o que nós vimos ali é uma retaliação ao trabalho que o Deputado fez no Estado todo, que é a radiografia de como se encontra a saúde do Estado, uma radiografia nua e crua daquilo que realmente está acontecendo no Estado. Eu entendo que o Secretário poderia ter pego esse documento para que ele tenha o número maior de informações sobre como a saúde está funcionando no interior do Estado. Às vezes, ele não tem conhecimento das coisas e esse documento é rico em informação e, poderia muito ajudar a saúde do Estado. Por isso, fica aqui a nossa indignação. Também peço, Senhor Corregedor, que aprecie esse processo, para que possamos tomar as providências cabíveis.

A Senhora Deputada Ângela A. Portella – Obrigada, Senhor Presidente. A Comissão da família, que também está em defesa da criança e do adolescente, está fazendo uma campanha de conscientização pedindo que todas as pessoas que estão fazendo a declaração de imposto de renda, que têm até o dia 30 de abril, possa estar doando 3% do imposto devido. Faz a doação de imediato de 3% quem tiver interesse, para as instituições de defesa da criança e do adolescente ou para o próprio Conselho Estadual CEDCAR. Isso é muito importante, pois além desse dinheiro ser creditado de imediato, é uma oportunidade de estar aparelhando os Conselhos Tutelares que realizam um trabalho primordial na defesa da criança e do adolescente hoje, no Brasil inteiro. Em Roraima não é diferente, o Conselho se encontra sem estrutura suficiente para fazer o seu trabalho. Então, nós, enquanto parlamentares, conversarmos com os nossos amigos, também nas nossas oportunidades de usar a mídia, a tribuna, e, mesmo enquanto pessoas físicas, no momento da declaração, para que possamos também estar pensando nessa possibilidade. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, eu gostaria de me solidarizar com o Deputado Marcelo Natanael, pois li

o relatório que o Secretário de Saúde mandou para esta Casa. Eu achei deselegante, abusivo, uma falta de respeito com um membro desta Casa, porque acredito que o Deputado foi eleito pelo povo para fiscalizar, ele não precisa marcar hora para ir fiscalizar nenhuma instituição pública do Estado. O Deputado chegou no local em horário comercial e deve ser respeitado porque foi para isso que foi eleito. Ele não precisa marcar hora para fiscalizar nenhuma instituição pública, não precisa ligar para o Secretário, nem para o diretor do hospital, muito menos para diretor de posto de saúde dizendo que vai fiscalizar, para que eles possam se preparar.

Eu, com 22 anos de formação na área de medicina, já tive problema nesse sentido. Acredito que a função primordial do Deputado é fiscalizar e, na verdade, achei extremamente deselegante por parte do Senhor Secretário de Saúde, que é meu amigo particular, a sua postura em relação a um membro desta Casa, pois seja o Deputado de situação, ou de oposição, ele precisa ser respeitado. Acho que, invés de encaminhar para Corregedoria, deveriam chamar o Secretário na Corregedoria. Não acredito que o Deputado tenha feito arrastamento de porta, até porque conheço o Deputado Natanael. Entendo que a oposição faz críticas exageradas, mas nesse caso, acho que o Deputado deveria ser respeitado nas suas prerrogativas. No meu entendimento, um membro desta Casa foi desrespeitado nas suas prerrogativas de fiscalizar o Poder Público. Seja municipal, estadual ou qualquer uma de sua extensão, não pode um Deputado ser cerceado do seu direito de fiscalizar, seja no hospital, seja onde for. Quando o Deputado chegou lá, o Diretor é quem tinha que está lá para acompanhá-lo, pois ele não precisa avisar o dia e a hora que vai fiscalizar. É obrigação do Diretor no horário comercial, estar lá no hospital ou deixar em seu lugar outro representante legal.

Então, na realidade, eu me senti ofendido quando li aquele relatório que foi encaminhado. Fazer uma queixa na delegacia porque o Deputado foi no hospital? Doutor, acho que está extrapolando os direitos que o senhor eles não tem, pois esse é um direito que foi concedido a um membro desta Casa pelo povo de Roraima.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero parabenizar o Deputado Brito pela feliz iniciativa de criar o Projeto de Lei que veio regulamentar a prática da vaquejada em todo o Estado de Roraima, uma vez que, a realização desses eventos tem contribuído na geração de emprego renda para as pessoas no nosso Estado. E também, quero me solidarizar com o Deputado Marcelo Natanael e dizer que, antes que o Secretário tomasse essa iniciativa, ele deveria primeiro se dirigir ao Tribunal de Contas e prestar esclarecimentos pelas irregularidades que têm sido encontradas dentro daquela secretaria. Esse sim, é um caso de polícia, e não o fato do Deputado fazer o trabalho dele.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero registrar a presença aqui, no nosso plenário, do Vereador Luiz Gonzaga, de Rorainópolis, que compõe a Mesa Diretora daquela Câmara. Seja bem-vindo. Com certeza o senhor veio tratar de interesses dos cidadãos de Rorainópolis. Diante do que foi colocado aqui, Senhor Presidente, nós queremos, enquanto bancada de oposição, hipotecar todo nosso apoio ao Deputado Marcelo Natanael. Como bem falou o Deputado Célio Wanderley, líder do Governo, o Deputado não estava fazendo nada mais, nada menos do que seu dever e sua obrigação enquanto parlamentar, ou seja, fiscalizando. O Deputado Marcelo veio aqui, na Tribuna, apresentou um relatório, inclusive com aval do CRM, que demonstrou a real situação da saúde do nosso Estado. É

claro que o Secretário não gostou e aí resolveu usar de estratégia, Deputado Célio. Essa não é a primeira vez. Numa visita que nós fizemos, eu os Deputados Brito e Dhiego, ao Hospital Geral, não foi diferente. Fomos mostrar as condições da alimentação fornecida aos pacientes, pois haviam denúncias, e o Secretário, por pouco, o Deputado Brito lembra daquela cena muito bem, quase nos agrediu fisicamente, porque verbalmente foi uma verdadeira afronta. Ele se sente dono da saúde, melindrado, o todo poderoso quando um parlamentar no cumprimento das suas funções, do seu dever, vai fiscalizar. E mais, ele protocolou nesta Casa, na Corregedoria, um relatório contra os Deputados Brito, Dhiego e contra mim, e está aí, a Corregedoria não apurou, simplesmente constatou que fizemos o nosso papel, cumprimos o nosso dever.

Então, em nome da bancada de oposição, estamos hipotecando todo o nosso apoio e, inclusive, já indicamos ao Presidente Chico Guerra o Deputado Marcelo Natanael, assim como também faço parte de 1/3 dessa Comissão Especial que vai ser criada, para analisar aquele parecer que o Tribunal de Contas mandou para esta Casa. Não conseguimos enxergar nenhum impedimento para Deputado Marcelo Natanael. O que o Secretário quer é isso, porque aí ele vai na delegacia, na Corregedoria e daqui uns dias ninguém pode sequer falar um aí do Secretário, porque se não ele representa na Delegacia, ou na Corregedoria. Então, não vejo porquê, Deputado Chico Guerra, a bancada de oposição manter o nome do Deputado Marcelo Natanael nessa comissão juntamente com o meu nome. Obrigada, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Chico Guerra – O pedido para que a Corregedoria faça isso, é para que convoque o Secretário para que venha aqui. Na Corregedoria, o Corregedor tem poderes para convocar o Secretário para que ele venha dar explicações na Corregedoria. É isso que nós queremos, que abra um procedimento dentro da Corregedoria para que possamos ouvir o Secretário lá.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, na função de corregedor, eu não posso me dar o direito que os Senhores, meus colegas, têm de antecipar um pré julgamento. Eu tenho o dever, a obrigação e a ombridade de ser isento. Então, eu peço até desculpa aos colegas, mas vou conduzir o assunto como conduzi todos os anteriores, com absoluta isenção, prudência e bom senso. Eu não posso, antes de ter sequer analisado um documento, dizer que A ou B errou ou pecou. Eu tenho que primeiro apurar e, só depois de apurar, dar conta a todos os senhores de qual foi a conclusão a qual chegou a corregedoria. Foi assim que nós agimos nos outros casos e temos procurado agir dessa forma. Também nunca me neguei a cientificar um colega tão logo ele seja denunciado, nunca nem esperei por formalidades. Está aí o meu lado colega.

Agora, nesse particular, vamos agir com presteza e com a maior rapidez possível, mas sem prejuízo de que se possa fazer.

O Senhor Presidente Coronel Chagas – Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão, convocando outra para o dia 11, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 11/04/2013